

CONSELHO EDITORIALM. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteWILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente**REDAÇÃO**MARCELO PONTES
EditorPAULO TOTTI
Editor ExecutivoMARCELO BERABA
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de Redação**SISTEMA JB**SERGIO REGO MONTEIRO
Vice-Presidente**JORNAL DO BRASIL**
HENRIQUE CABAN
Diretor Executivo*Beicos*
Presidência
Casa de Enforcado

O presidente da República vai à Justiça contra a afirmação de Luiz Inácio Lula da Silva que o acusou de fazer caixa dois na privatização da Telebrás para financiar a campanha eleitoral. Diante do espanto geral, o candidato sentiu a pisada em falso e quis atenuar, já tarde, a afirmação que não conseguirá provar sobre uma operação que não houve. Ao se dar conta do disparate, ressaltou que não quis dizer o que a frase detonou por falta de conhecimento do valor das palavras.

Mesmo que não quisesse dizer, o fato foi que disse. Poderá remendar dizendo que não sabia, à luz do Código Penal, a enormidade do que estava dizendo, mas disse. Luiz Inácio passa a impressão de que não é senhor das palavras que diz. Ouve e repete. Sempre foi um repetidor de méritos, pois repetição dispensa diploma superior. Não será exagero afirmar que o candidato do PT poderá um dia, se necessitar de um, ser o porta-voz dele próprio, desde que tenha a quem repetir. É possível que não soubesse o que estava assaando, mas que disse, disse. Quer recuar, mas deixando a suspeita no ar. Como o episódio se passou, autoriza a conclusão de que não sabe o que diz.

A diferença nas avaliações do valor da Telebrás (uma antes da crise asiática do ano passado, quando a empresa tinha o monopólio das telecomunicações, e outra nas condições atuais) dispensa explicação: o mercado é assim mesmo. Oscila por natureza. O capitalismo não é operado pelas mãos do Estado e, portanto, se permite o jogo de subir e descer, que é a marca da economia de mercado. No mercado, preços caem ou sobem, sem precisar de governo. O PT tem economistas que podem ensinar o candidato e evitar a necessidade de voltar atrás com desgate.

A saída pela tangente levou Luiz Inácio, tonto

com o disparate, a propor, no lugar de uma satisfatória explicação à Justiça (que lhe assegura o direito de provar o que afirmou), uma auditoria no sistema Telebrás. Auditoria é idéia fixa do candidato, que já havia prometido, na hipótese de ser eleito, submeter as privatizações ao crivo de auditorias. Foi, aliás, o único ponto do programa de governo que Luiz Inácio se permitiu adiantar aos brasileiros. Como se vê, o Brasil dá-se o luxo de apresentar na mesma metade do século 20 uma nova versão de Jânio Quadros na sucessão presidencial. O governo Jânio Quadros, para quem se recorda, abriu tantas auditorias quantas pôde antes de perder o rumo por insensatez e renunciar para alívio geral.

Mais que uma questão política, a auditoria é fantasma que atormenta o partido e do qual o candidato Luiz Inácio quer se livrar passando-o adiante. Quando um dirigente do PT denunciou, como violação da ética partidária, a circunstância de que Luiz Inácio morava de favor (tendo casa própria) na casa de advogado que fazia negócios com as administrações municipais petistas, Lula não permitiu a apuração mediante auditoria. O autor da denúncia foi expulso mas a denúncia permaneceu insepulta e, como era previsível, pode voltar a tirar-lhe o sono. A campanha presidencial tem clima favorável a fantasmas. Não se fala de corda em casa de enforcado.

O comportamento em relação à auditoria, considerando o que diz sem apresentar provas, reaviva o ditado popular que atribui ao frade a recomendação de que se faça o que ele manda, e não o que ele faz. Luiz Inácio recebe uma luz direta que não pode ser confundida com um dom místico, mas tem a forma e a voz de um ex-futuro frade que não passou dos votos menores e se ordenou ideólogo do candidato. O candidato imagina governar com auditorias para fora, não para dentro.